



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO - 1615783/2026

Objetivo da reunião: Reunião ordinária mensal do CEPROC - 25/06/2025

Horário e local: Videoconferência - 19h

Assunto: Desenvolvimento de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Mauro Luis Rocha Lopes	Juiz Federal Coordenador	
Guilherme Bollorini	Juiz Federal Coordenador Substituto	
Gustavo Monteiro de Barros Barreto	Assessor	ASAJ/SAJ/TRF2
Giovanni da Silva de Souza	Diretor de Divisão	ASAJ/SAJ/TRF2
Fabio Aldrovando da Silva	Assessor	AGEP/SAJ/TRF2
Juliana Ferreira Leão de Alencar Oliveira	Assessora	ATAJ/SAJ/TRF2
Thiago De Paiva Guedes	Assessor	AGAJ/SAJ/SJRJ
Renata Simon Fernandes	Diretora de Núcleo	NAJ/DAJ/SJES
Markenson França	Diretor de Subsecretaria	STI/TRF2
Anderson Araújo Lima	Diretor de Subsecretaria	SINF/STI/TRF2
Katia Philot Carneiro	Coordenadora	COGESJ/SAJ/TRF2

Pauta

1. Problemas na redistribuição de processos nos Juizados

Foi relatado um problema na redistribuição de processos para os gabinetes de gestor e vice-gestor.

A equipe de TI informou que já está em andamento uma implementação para armazenar o histórico de remessa, o que evitará o sorteio aleatório e solucionará o problema.

2. Regras de negócio na Tramitação Ágil (TA) e marcação de perícias

Debateu-se o fluxo da TA quando a perícia é cancelada pelo próprio perito. Nesses casos, o sistema retira o processo da TA e o encaminha para a fila de marcação manual (TAM), conforme regra nacional (TRF4), para evitar duplicidade de pagamento pelo INSS.

Deliberou-se pela adoção de medidas administrativas, como o controle de peritos com cancelamentos recorrentes, em vez de customizações no sistema.

3. Novas exigências de integração do CNJ

Foi tratada a edição de Portaria do CNJ, de 30 de maio, que fixa prazo de 60 dias para a integração de novos serviços ao sistema nacional. As adequações abrangem a tramitação de cartas precatórias, ofícios entre órgãos, declínio de competência e peticionamento inicial.

Deliberou-se que a equipe técnica deverá priorizar as providências necessárias para cumprimento do prazo, com conclusão até o final de julho.

4. Otimização do eproc e medidas contra o uso de robôs

A equipe de TI expôs as medidas recentemente implementadas para estabilizar o sistema e conter o uso abusivo por robôs e scripts automatizados.

5. Localizador de Litigância Predatória (Diretriz nº 6 do CNJ)

A área de negócio relatou que um novo flag sobre litigância predatória apareceu na tela inicial das Varas, gerando dúvidas operacionais sobre como classificar as informações (validado/não validado). Esclareceu-se que a funcionalidade não é um defeito, mas uma exigência implementada na versão nacional imposta pelo CNJ. O CEPROC orientou que as áreas de atendimento informem às Varas que a funcionalidade visa a cumprir uma norma do CNJ e que cabe exclusivamente à Corregedoria expedir as diretrizes, procedimentos e orientações correcionais sobre as providências a serem tomadas com tais processos.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO LUIS ROCHA LOPES**, **Presidente de Comitê**, em 02/03/2026, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1615783** e o código CRC **DA20684C**.